

Contra Salmon: Salvando as Teorias Conceituais

Against Salmon: Saving the Conceptual Theories

Rodrigo Reis Lastra Cid
Mestrando do PPGLM-UFRJ/ Bolsista CAPES

Resumo: Neste texto pretendo expor alguns argumentos de Nathan Salmon, que visam mostrar que as teorias conceituais do valor informacional de termos singulares não podem ser o caso, e apresentar algumas objeções a esses argumentos, que visam restabelecer as capacidades das teorias conceituais de assegurar o referente e de ter um conceito como o valor informacional de um termo singular. Realizo tal objetivo, fazendo uma introdução inicial onde exponho brevemente o Enigma de Frege, depois mostro a própria apresentação de Salmon do Enigma junto com seus argumentos contra as teorias conceituais e, intermediariamente, apresento minhas objeções aos argumentos de Salmon. Finalmente, concluo que se as objeções forem satisfatórias, elas restabelecem as capacidades das teorias conceituais que teriam sido removidas pelos argumentos apresentados por Salmon.

Palavras-chave: Filosofia da Linguagem; Enigma de Frege; Teorias Conceituais.

Abstract: In this paper I intend to expose some of Nathan Salmon's arguments, which aim to show that the conceptual theories of the informational value of singular terms cannot be the case, and to present some objections to these arguments, objections which seek to restore the capacity of the conceptual theories to secure the referent, and to have a concept as the informational value of a singular term. I fulfill such goal by making an initial introduction, where I briefly explain Frege's Puzzle, and then I show Salmon's presentation of Frege's Puzzle along with his arguments against the conceptual theories, and I intermittently present my objections to Salmon's arguments. Finally, I conclude that if the objections are satisfactory, they restore the capacity of conceptual theories that would have been removed by the arguments advanced by Salmon.

Keywords: Philosophy of Language; Frege's Puzzle; Conceptual Theories.

O Enigma de Frege é um problema que faz os filósofos perderem seus cabelos na tentativa de resolvê-lo (bem, segundo o professor Marco Ruffino, os cabelos dele caíram sem que fosse culpa do enigma). Ele é o problema de descobrir qual a relação que a igualdade estabelece entre os seus *relata* e qual a natureza destes, tendo em vista alguma explicação para a diferença de valor informacional entre as sentenças das formas “a=a” e “a=b”. Em “Sobre o Sentido e a

Referência” (Frege, 1892) existem argumentos interessantes para pensarmos que a igualdade não é uma relação entre objetos nem entre sinais que usamos para designar os objetos (a palavra “objeto” está sendo utilizada de modo amplo para falar sobre os *relata* da relação de igualdade), mas a relação de co-referencialidade entre modos de apresentação diferentes do mesmo objeto expressos por sinais diferentes. Frege faz alusão à diferença de valor informacional entre as expressões “ $a=a$ ” e “ $a=b$ ”: enquanto a primeira seria tautológica, a segunda seria informativa (em algum sentido adequado de “informativo”). Um exemplo que pode ser dado para ilustrar essa questão é: “Vésper” e “Fósforo” são nomes (sinais) do mesmo objeto que também conhecemos sob o nome de “Vênus”, “Vésper” tem o modo de apresentação *a estrela da tarde* do objeto que também conhecemos com o nome de “Vênus”, “Fósforo” tem o modo de apresentação *a estrela da manhã* do objeto que também conhecemos com o nome de “Vênus”), “Vésper é Vésper” ($a=a$) reproduz a relação que uma coisa tem apenas com ela mesma, “Vésper é Fósforo” ($a=b$) nos informa de que existem dois modos de apresentação diferentes, aos que correspondem os dois sinais diferentes, para o mesmo objeto.

Se a igualdade fosse uma relação entre objetos, diz-nos Frege, “ $a=b$ ” não poderia diferir em valor informacional de “ $a=a$ ”; mas dizer “ $a=b$ ” nos informa de algo que não sabíamos ao dizer “ $a=a$ ”. Caso ela fosse uma relação entre sinais de objetos, “ a ” e “ b ” seriam dois nomes diferentes para o mesmo objeto e a única informação que receberíamos de “ $a=b$ ” seria meramente semântica. Contudo, quando sabemos que $a=b$ (ou que Vésper é Fósforo), temos uma informação que não poderíamos descobrir ao sabermos que $a=a$ (ou que Vésper é Vésper) ou em alguma explicação semântica dos sinais da expressão. Então a única possibilidade viável que “ $a=b$ ” seja verdadeiro e nos diga algo que não está contido em “ $a=a$ ” (como constantemente nos diz) seria se essa igualdade fosse uma relação entre os modos de apresentação (descrições) indicados pelos sinais desses objetos, uma indicação de que os dois modos de apresentação em pauta se referem ao mesmo objeto, pois sem isso retornaríamos a uma relação apenas entre sinais e, portanto, apenas teríamos conhecimento semântico e não real. Àquilo que é designado por um sinal (nome, letra etc.), Frege chama de “referência” e ao modo de apresentação do objeto, que sempre acompanha um nome, ele chama de “sentido”. Para exemplificar podemos continuar a pensar em Vésper e Fósforo. Quando Vênus

aparece de manhã é chamada de “Fósforo” e quando aparece antes do pôr-do-sol é chamada de “Vésper”; e ainda, quando vista somente como planeta é chamada de “Vênus”. Dizer que Vésper é Fósforo é dizer que esses dois sinais, que indicam dois modos de apresentação diferentes de um objeto, indicam modos de apresentação diferentes do *mesmo* objeto. Cabe aqui dizer que não é “Vênus” a referência de “Vésper” e “Fósforo”, pois “Vênus” é outro sinal que corresponde a outro modo de apresentação do mesmo objeto ao qual “Vésper” e “Fósforo” se referem. Poderíamos dizer que a referência desses nomes seria a mesma, mas não os seus sentidos. Os modos de apresentação, na teoria fregeana, servem para dar uma explicação de por que “ $a=a$ ” e “ $a=b$ ” têm valores informacionais diferentes e de como podemos saber que $a=a$ e não saber que $a=b$.

Contudo, Nathan Salmon (1991) pensa que não precisamos aceitar o descritivismo para dar uma explicação desses dados, e que, de fato, não podemos aceitar uma teoria conceitual (como a descritivista) do valor informacional de termos singulares, dado que, segundo ele, existem argumentos fortes contra as teorias conceituais. Uma teoria conceitual do valor informacional de termos singulares é uma teoria que nos diz que o que um termo singular, tal como “Vésper” ou “Fósforo”, contribui para o valor informacional de proposições, tais como “Vésper é Fósforo”, com um conceito, e não meramente com o objeto – que, no caso da teoria de Frege, é a descrição associada ao nome, o sentido, e não meramente o referente. Segundo Salmon, o Enigma de Frege diz respeito especificamente à natureza e à estrutura dos *pedaços de informação*. Um pedaço de informação seria uma entidade abstrata composta dos valores informacionais dos componentes da sentença que codifica tal pedaço de informação. E o enigma pressuporia um *princípio de composicionalidade* para pedaços de informação, a saber, se dois pedaços de informação complexos têm a mesma estrutura e modo de composição, mantendo-se numericamente distintos, então deve haver um componente de um deles que não é componente do outro.

Segundo Salmon, tal princípio desafia a ideia de que o valor informacional de um termo singular – e, conseqüentemente, um certo componente do pedaço de informação codificado numa sentença singular – é o referente de tal termo. Outro princípio aceito para que o Enigma seja construído é o que Salmon (1991, p. 57) chama de “Lei de Frege” : “se uma sentença declarativa S tem o mesmo conteúdo informacional cognitivo que uma sentença declarativa S' , então S é

informativa sse S' é informativa”. Esta é considerada por Salmon como uma lei viável – dado, segundo o mesmo, ela ser uma instância da lei da identidade de Leibniz de que se duas coisas são idênticas, então elas possuem as mesmas propriedades – para conectar os conceitos de conteúdo informacional e informatividade.

Poderíamos dizer que há mais do que apenas o conteúdo informacional de uma sentença para determinar a sua informatividade, pois duas sentenças com o mesmo conteúdo informacional podem diferir em sua informatividade. Por exemplo, duas elocuições de “isto é bonito” podem diferir em informatividade dependendo de o que o “isto” está apontando, e tal ostensão não faz parte do conteúdo informacional estritamente composicional da sentença. Essa objeção é interessante na medida em que ela mostra que a Lei de Frege não pode ser identificada com o princípio de composicionalidade para pedaços de informação, já que este último pode ser rejeitado sem que a Lei de Frege seja rejeitada. De todo modo, a resposta de Salmon a essa objeção é dizer que ela não ataca o sentido de “informatividade” utilizado na lei de Frege, na qual uma sentença seria informativa se e só se o seu conteúdo informacional tiver uma certa propriedade P (de ser *a posteriori*, ou de ser não trivial, ou de ser não analítico, entre outras definições possíveis).

Mas muitas sentenças podem ser triviais e informativas, continuaria o objetor; como, por exemplo, “Cícéron est identique à Cicéron”, quando observada por alguém que está aprendendo francês. Para responder esse tipo de objeção, Salmon (1991, p. 58) nos pede para distinguirmos o *conteúdo informacional* de uma sentença num contexto de uso – que é uma noção puramente semântica – da *informação comunicada* por uma elocução num contexto de uso – que é uma noção pragmática. Por exemplo, embora assoar o nariz e espirrar possam *comunicar pragmaticamente a informação* de que o autor de tais atos está resfriado, o autor pensa que seria ridículo pensar que assoar no nariz e espirrar têm um *conteúdo semântico informacional* (embora possam o ter em outro mundo possível muito diferente do nosso). Ele pensa que realizamos ações com as sentenças e que as sentenças têm a função básica de codificar informações. Proferimos certas sentenças para realizar ações que, em certas situações, podem comunicar informações de um modo não semântico. Um exemplo seria a ação de afirmar P e piscar o olho, que comunicaria a informação – que não está presente no conteúdo semântico informacional de P – de que a afirmação de P não é sincera.

Essa mesma distinção, segundo Salmon (1991, p. 59), é traçada também por Frege, quando este distingue o pensamento que é expresso por uma sentença das associações subjetivas que uma pessoa pode levar outras a ter por meio de ações que envolvem a elocução de uma sentença que expressa um pensamento. O enigma de Frege, segundo Salmon, diz respeito apenas ao conteúdo semântico informacional das sentenças, ou seja, à “natureza e estrutura da informação contida em ou codificada por uma sentença num contexto de uso particular – e não à informação pragmaticamente comunicada por um proferimento particular” (1991, pp. 58-59) – de modo que a objeção anteriormente traçada erra o alvo ao focar em questões pragmáticas. Quando Frege fala sobre uma diferença entre as informatividades de “ $a=a$ ” e de “ $a=b$ ”, ele está falando sobre uma diferença de conteúdo semântico informacional (uma diferença no pensamento) – o que é chamado por Salmon de “sentido essencialmente semântico de ‘informativo’” – e não sobre informações pragmaticamente comunicáveis por elas. Eu não penso como Salmon. Se tomarmos a comunicação pragmática tal como quer Salmon, penso que o Enigma de Frege torna-se essencialmente pragmático. No entanto, não vejo razões para pensar que o que Salmon chama de “codificação semântica” seja de fato semântico. Abordarei brevemente esses temas posteriormente, embora eles não sejam essenciais para salvarmos as teorias conceituais. Com relação à objeção em causa no texto, penso que ela erra o alvo não pelo Enigma de Frege ser essencialmente semântico, mas por ele pelo menos poder ser pragmático e, assim, reformulável também em termos não composicionais.

Um aspecto curioso expresso por Salmon é que sentenças como “ $5=V$ ” são pensadas por ele como tendo um conteúdo semântico informacional trivial, embora possam comunicar pragmaticamente uma informação não trivial. E o podem, pois certos casos permitiriam que uma pessoa obtivesse uma informação não trivial de uma elocução de tal sentença (como o caso de uma pessoa que está aprendendo a relação entre os numerais romanos e arábicos). Como no enigma de Frege as pessoas em causa devem ser assumidas como exímias conhecedoras da língua, tal tipo de exemplo não serviria como uma instância do mesmo (do Enigma). Penso que o problema desse tipo de resposta é que somente pode ser aplicada em casos onde a determinação do referente pelo falante depende exclusivamente do exímio conhecimento da(s) linguagem(ns) em causa, e não em casos onde dependemos de

conhecimentos extralinguísticos como o caso de Vésper ser Fósforo, cujo conhecimento da verdade depende do desenvolvimento da astronomia.

Salmon (1991, p. 61) sugere que o princípio de composicionalidade de informação nos leva a pensar que, se houver sentenças da forma “ Φ_a ” e “ Φ_b ” que possuam “ Φ ” sendo predicado a “a” e “b” (termos tomados como singulares e co-referenciais) e que difiram em informatividade essencialmente semântica, tal como “Pelé é jogador de futebol” e “Edson Arantes do Nascimento é jogador de futebol”, então tais sentenças não codificam proposições singulares. Pois “Edson Arantes do Nascimento é Pelé” difere em informatividade de “Pelé é Pelé”, o que nos mostra que “Pelé” e “Edson Arantes do Nascimento” contribuem com algo além do referente para a proposição que os contém. ¹ “Pelé” e “Edson Arantes do Nascimento” são co-referenciais e as duas sentenças exemplificadas diferem em informatividade. Se este for o caso, então o conteúdo informacional que os termos “Pelé” e “Edson Arantes do Nascimento” contribuem para a proposição não podem torná-la uma proposição singular.

Mas qual é a natureza do valor informacional de um termo singular, tal como “Pelé” ou “Vésper”? Salmon investiga pelo menos três tipos de teorias: as teorias conceituais (a de que ele é um conceito – ou complexo conceitual – e a de que ele é um complexo formado por um conceito e um objeto), as teorias contextuais (a de que ele é uma rede histórico-causal e a de que ele é formado por critérios de especialistas) e as teorias verbais (a de que ele é apenas um nome e a de que ele é um complexo formado por um nome e um objeto). E conclui que nenhuma dessas abordagens se saem melhor do que a teoria ingênua do valor informacional de um nome (a teoria que diz que o valor informacional de um nome não é nada mais que seu referente). Meu objetivo aqui é apresentar os argumentos de Salmon, criticar alguns deles e mostrar que seus argumentos contra as teorias conceituais podem ser respondidos sem perdas para as teorias conceituais.

Uma das teorias conceituais com relação ao valor informacional – chamada por Salmon de “*Teoria Ortodoxa*” – nos diz

¹O caso de “Pelé é Edson Arantes do Nascimento” difere do caso de “ $V=5$ ”, pois se supusermos exímios falantes das linguagem em consideração, “ $V=5$ ” é trivial em informatividade, enquanto “Pelé é Edson Arantes do Nascimento” não é.

que o valor informacional de um termo singular é uma representação intensional² do referente de tal termo, que é composta de semelhante maneira aos valores informacionais dos predicados, e que é tal que determina e assegura o referente como o indivíduo em cada mundo possível que é adequado às condições indicadas na intensão. O conteúdo conceitual de um nome tal como “b”, nesta teoria, determina as condições de verdade de uma sentença “ Φ_b ” (avaliada num certo tempo e num certo mundo), de modo que apenas com uso de semântica deve ser possível encontrar o referente de “b” em cada mundo e tempo em que ele existe. O valor semântico de um nome nessa teoria é uma descrição definida (individuadora), que estabelece a relação semântica de denotação entre “b” e b em todos os mundos e tempos em que b existe. Termos como “b” seriam descritivos. E os termos não descritivos seriam termos como a nossa variável livre para indivíduos (p. ex., como o “x” em “Fx”, que só refere a partir da indicação de algum valor para a variável), que são termos cuja referência não é determinada semanticamente por algum conceito associado ao termo (Salmon, 1991, p. 64).

Frege, teórico da teoria ortodoxa, defendia que os termos singulares são completamente descritivos. O sentido fregeano de um termo é dado por três características (Salmon, 1991, p. 65): (1) ele é um modo de apresentação puramente conceitual; (2) nos termos singulares, ele é o mecanismo pelo qual o seu referente é determinado e assegurado; e (3) ele é o valor informacional da expressão da qual ele é sentido. Isso captura bem as descrições definidas, que são puramente conceituais, asseguram a designação e provêm um valor informacional.

Por sua vez, a teoria opositora à teoria ortodoxa de Frege é a *teoria da referência direta* de Kripke, Putnam, Kaplan, Donellan, entre outros. Estes querem nos levar a pensar que os termos singulares são não descritivos, embora não que eles sejam vazios de conteúdo descritivo. O desacordo entre teóricos da referência direta e teóricos ortodoxos não é com relação à *existência* de conteúdo descritivo ou conceitual, mas antes com relação ao alegado papel semântico do conteúdo descritivo ou conceitual em assegurar um referente e com relação à contribuição para o valor de verdade (com respeito a

²Aqui utilizamos o termo “intensional” com o seu significado matemático, e não com o seu significado na filosofia da mente. Uma representação intensional é uma representação de uma função que determina a extensão de um conjunto. A extensão de um conjunto são os membros que pertencem ao conjunto.

parâmetros semânticos) (Salmon, 1991, p. 66). O que deveríamos nos perguntar, então, é se devemos aceitar na nossa teoria do valor informacional que o valor informacional de um termo singular é, pelo menos parcialmente, um conteúdo conceitual ou descritivo. Salmon pensa que não, pelo fato de haver argumentos para mostrar que um conteúdo conceitual não assegura o referente do nome e para mostrar que o conteúdo conceitual não pode ser o valor informacional – argumentos estes que pretendo objetar.

Um desses argumentos para mostrar que o conteúdo conceitual não pode ser o valor informacional é extraído do *experimento mental da Terra Gêmea*, de Hilary Putnam (Salmon, 1991, pp. 66-67). Neste, devemos assumir (I) que a apreensão dos conceitos é sobreveniente aos estados psicológicos e (II) que, numa sentença que codifica uma informação completa com relação a um certo indivíduo, o pedaço de informação correspondente a um termo singular determina o indivíduo sobre o que versa a sentença. E devemos também imaginar uma situação na qual há duas mulheres com vidas (e mentes) qualitativamente idênticas, que têm cada uma o seu marido – que se chama “Hubert” nos dois casos – e que a única diferença entre as vidas dessas mulheres é que o marido da primeira tem 70 kilos, enquanto o da segunda tem 70,000000001. Se ambas proferissem “Hubert tem 70 kilos”, ambas estariam no mesmo estado psicológico, apreenderiam os mesmos conteúdos conceituais, mas suas sentenças codificariam informações diferentes já que cada uma é sobre uma pessoa diferente (o que podemos perceber pela diferença de valor de verdade entre os dois proferimentos). Assim, por II, ainda que o conteúdo conceitual de “Hubert” seja o mesmo nos dois casos, o valor informacional tem de diferir; o que implica logicamente que o valor informacional não pode ser puramente conceitual, tal como pretendia Frege.

Uma tentativa de escapar do problema da Terra Gêmea é tentar negar a sobreveniência da apreensão de conceitos sobre os estados psicológicos. Isso não é difícil de fazer. Podemos indicar que para cada uma dessas mulheres, “Hubert” será um conceito composto de, entre outras coisas, o predicado “ser meu marido”. Mas o predicado “ser meu marido” que cada uma das mulheres atribui a Hubert não é o mesmo conceito, pois o termo “meu” em cada um dos casos contribui com diferentes conceitos. Enquanto a mulher₁ atribui a Hubert₁ o predicado de “ser marido da mulher₁”, a mulher₂ não atribui tal predicado a

Hubert₂ – e vice-versa. Se esse é o caso, então não pode ser o caso que a apreensão dos conceitos seja sobreveniente aos estados psicológicos.

Outra tentativa de reparar o problema apresentado pelo experimento da Terra gêmea (Salmon, 1991, p. 67) é formar uma teoria híbrida, que aceite que o valor informacional de um termo singular seja parcialmente um conteúdo conceitual e parcialmente o seu referente. Um exemplo seria a teoria de que o valor informacional de um termo singular é um par ordenado formado pelo conteúdo conceitual e pelo referente. Salmon nos diz que tal teoria não se sai melhor do que a teoria ortodoxa. Um problema inicial que ele aponta é a subjetividade do conteúdo conceitual: ele varia de acordo com o modo como aprendemos a utilizar o nome e de acordo com a nossa familiaridade com o portador do nome. No entanto, a codificação de uma informação por uma sentença é um atributo objetivo e semântico (não é pragmático); portanto, não é subjetivo. Nós apreendemos o mesmo valor informacional a partir de uma sentença que contém um termo singular (que designa um indivíduo). Por isso, não pode ser o caso de o valor informacional do nome ser o conteúdo conceitual ligado ao nome, dado que tal conteúdo varia (ou pode variar) de acordo com a pessoa que utiliza o nome.

Uma objeção que poderia ser feita a esse tipo de pensamento é que pode haver um conteúdo conceitual compartilhado por todos os falantes. Quine (1948) nos fala de propriedades como “socratizar” e “pegasar”; todos os falantes poderiam, por exemplo, tomar o sentido de “Sócrates” como “x tal que x é único e socratiza”. Além disso, muitas outras opções não foram analisadas por Salmon, como disjunções de predicados, conjunções de predicados, descrições actualizadas etc. Se for o caso de que todos os falantes e ouvintes compartilham uma descrição (o x que socratiza), então o argumento subjetivista não se aplica, pois embora cada um tenha um conceito, há uma parte do conceito de cada um de nós que é a mesma e que é parte da essência do indivíduo.

Segundo Salmon (1991, p. 68), a *relação de codificação* deve ser relativizada a tipos de usos de sentenças, e tais tipos de usos seriam distintos de acordo com a diferença no valor que assinalamos para ser referente do nome. O autor chama essa relativização também de “relativização a nomes”. Um exemplo é a sentença “Sócrates é calvo”, que codificaria a informação de que Sócrates (o filósofo grego) é calvo apenas relativamente ao uso dessa sentença que faz parte do tipo que

toma o termo “Sócrates” para designar tal filósofo. Se utilizássemos a mesma sentença para falar de outro Sócrates (tal como o jogador de futebol), então a informação codificada seria outra, pois realizamos um outro tipo de utilização da mesma sentença. Isso não seria um problema porque, diferentemente da relativização ao conteúdo conceitual, a relativização a tipos de usos de sentenças serve apenas para desambiguar sentenças – o que seria uma pré-condição necessária para a atribuição semântica (Salmon, 1991, p. 68). Na medida em que não há ambiguidades na sentença – e na medida em que o referente do termo singular é especificado –, diz-nos Salmon, a sentença deve codificar apenas uma informação com um valor de verdade definido; o que não seria realizado pela teoria conceitual mista, já que o conteúdo informacional de termos singulares, por conter, mesmo que parcialmente, um conteúdo conceitual, seria subjetivo, mesmo que parcialmente. O autor nos diz que as descrições ou imagens que nos ocorrem quando utilizamos os nomes nas sentenças, por serem subjetivas, podem ser pensadas como apreensões pragmáticas de informações – embora não como parte do valor semântico informacional do nome – e que o Enigma de Frege diz respeito apenas às informações semanticamente codificadas, e não às informações obtidas de maneira pragmática.

Um problema aqui é que ao mesmo tempo que Salmon quer defender que as sentenças codificam semanticamente uma informação, ele também quer defender que codificam informações sobre indivíduos. Não podemos nos permitir desambiguar os termos de modo não semântico e tomar a referência a um indivíduo de maneira semântica. O termo “Sócrates”, num contexto de uso, refere um indivíduo específico, mas o que um termo codifica semanticamente deve ser independente de um contexto de uso específico. Uma desambiguação de um nome é algo estritamente pragmático e não contido ou codificado semanticamente no nome.

Outro tipo de objeção aludida por Salmon ao descritivismo fregeano são os argumentos modais de Kripke. Um deles, o da *necessidade indesejada*, é que se se um certo conceito P – tal como “o autor da Metafísica” – é o valor informacional de um certo nome “b” – tal como “Aristóteles” –, então a sentença “b, se existe, é P” deveria ser necessariamente verdadeira e conhecível *a priori*. No entanto, tal sentença não é necessariamente verdadeira, dado que b poderia não ser P (pois Aristóteles poderia não ser o autor da Metafísica), e nem

conhecível *a priori*, já que não podemos conhecer que b é P em virtude apenas dos conceitos envolvidos na sentença “ b , se existe, é P ” (“ b , se existe, é P ” codifica uma informação conhecível apenas *a posteriori*). Acredito que a solução quineana exposta anteriormente para dar conta do argumento subjetivista possa ser novamente aplicada aqui. O valor informacional de “Aristóteles” seria “ x tal que x é único e aristoteliza”. Essa solução faz com que não tenhamos mais a suposta necessidade indesejada, já que poderíamos tomar “Aristóteles é o x tal que x aristoteliza” como analítica.³

Ainda outra objeção kripkeana é que, por mais que tenhamos descrições definidas associadas a um nome que nos façam referir outro objeto que não o portador do nome, a sentença que contém o nome continua codificando um pedaço de informação sobre o portador do nome, e não sobre o indivíduo que corresponde à descrição definida. Por exemplo, por mais que tenhamos associado ao nome “Aristóteles” a descrição *mestre de Platão*, quando dizemos “Aristóteles é o autor da *Metafísica*”, esta é uma informação verdadeira sobre Aristóteles, e não uma informação falsa com relação ao mestre de Platão (a saber, Sócrates). Mesmo que haja erros no conteúdo conceitual associado por nós a uma certa sentença, a informação codificada semanticamente por ela é livre de erros (Salmon, 1991, p. 70).

Este tipo de objeção também parece ser resolvida da mesma maneira que a anterior. Se “Sócrates é o (único) x que socratiza”, então nunca temos uma descrição definida que nos faça referir outro objeto que não o real portador do nome. Essa resposta tem o problema de a primeira vista não dar conta dos casos onde de fato temos descrições equivocadas associadas a um nome – por exemplo, quando pensamos que Aristóteles é o mestre de Platão. Mas com um pouco de ginástica é possível dar conta desses casos: podemos dizer que, além de “socratizar” há outras características que se associam ao nome, mas de modo contingente – de modo que o referente é assegurado em qualquer situação contrafactual e é explicada a situação do erro de associação de descrição.

Ainda outras teorias nos dizem que o conteúdo informacional de um termo singular, como um nome ou como um indexical, é essencialmente contextual – tais como a *teoria causal da referência* e a

³Outra solução pode ser encontrada em Cid, 2010.

teoria dos critérios de especialistas (Salmon, 1991, p. 71ss). Na primeira, o valor informacional de um nome é identificado com a rede causal linguística que fez, desde o batismo até os dias de hoje, o nome referir ao indivíduo. A segunda teoria tenta identificar o valor informacional do nome com os critérios, forjados por especialistas da linguagem, para a correta aplicação do nome. Com relação aos indexicais, Salmon nos diz que, geralmente, seu valor informacional é identificado com o seu caráter (ou programa). O problema dessa segunda teoria, segundo o autor, é que ela também cai no problema do erro. Pois os especialistas podem discordar com relação aos critérios e porque pode não haver especialistas com relação a nomes de figuras históricas há muito mortas. Não haver especialistas é um problema, pois conseguimos utilizar os nomes corretamente mesmo na inexistência de tais profissionais.

E os problemas da identificação do valor informacional do indexical com o seu caráter seriam que isso supostamente não seria generalizável para o caso dos nomes próprios – já que o referencialista direto não aceita que nomes tenham um valor informacional descritivo – e que estaria sujeito ao argumento baseado no experimento mental da Terra gêmea – já que os caracteres de duas elocuições da mesma sentença podem ser os mesmos e as elocuições dizem respeito a indivíduos diferentes. Não sei se realmente esses supostos problemas são problemas: não temos motivos para aceitarmos que nomes não têm valor informacional descritivo, dado que indexicais teriam – os indexicais terem valor informacional semanticamente codificado descritivo é uma indicação (algo menor do que uma evidência) de que os nomes também teriam – e a Terra Gêmea não seria um problema se rejeitarmos a sobreveniência da aquisição de conceitos sobre o estado psicológico.

Finalmente, o problema da teoria causal, segundo Salmon, é que ela é sujeita ao argumento subjetivista, dado que diferentes pessoas podem aprender a usar um certo nome a partir de cadeias diferentes de comunicação e, mesmo assim, o nome ter o mesmo valor informacional para ambas. Além disso, ela tem o problema de tomar o mecanismo contextual que assegura a referência – as cadeias causais de comunicação – como um componente da informação (componente do conteúdo informacional cognitivo); o que, segundo Salmon, seria um erro categorial. No entanto, é debatível se é um erro categorial afirmar que ao menos parte do conteúdo informacional semanticamente

codificado por sentenças é a cadeia causal de comunicação. Pode ser o caso que os nomes passem numa cadeia comunicativa trazendo junto com eles algo essencial para a referência que seria a própria cadeia comunicativa. Eu não penso que essa teoria seja boa, mas mostra que Salmon não pode asserir que ela se funda num categorial sem apresentar argumentos adicionais.

Por sua vez, as teorias verbais – com relação a nomes próprios, e não a indexicais – defendem que o valor informacional de um nome é, ao menos parcialmente, o próprio nome. Assim, a diferença de valor informacional entre “ $a=a$ ” e “ $a=b$ ” ocorreria em virtude, pelo menos parcialmente, da diferença nos termos utilizados. A versão mais simples dessas teorias asseire que o valor informacional do nome é apenas o próprio nome (o próprio nome visto como forma e/ou som). O problema aqui, segundo Salmon, é que tal teoria cai no problema da Terra gêmea, já que sentenças idênticas (com os mesmo componentes) podem codificar valores informacionais diferentes. Uma versão mais forte defenderia que o valor informacional do nome é um par ordenado composto do nome (como som e forma) e do portador do nome no contexto de uso. Os problemas aqui são: (i) que falta explicar como esta abordagem poderia ser estendida a outros termos singulares – como indexicais e nomes de tipos naturais – já que haverá sentenças problemáticas para os referencialistas diretos que instanciarium o enigma de Frege, como “isto é água”; e (ii) que tal teoria não permite que dois nomes diferentes para o mesmo objeto (p. ex., nomes em linguagens diferentes – como “*cat*” e “*gato*”) possuam o mesmo valor informacional, já que mudanças na forma ou no som do nome fariam com que o valor informacional dos nomes diferisse.

Salmon sugere que todas essas teorias são problemáticas, pois a estratégia utilizada por Frege para objetar à teoria ingênua é generalizável e aplicável a todas elas. Um problema de tal estratégia, apontado por Salmon, seria que sua generalização coloca empecilhos para a própria estratégia fregeana.

A *Estratégia de Frege*, segundo Salmon (1991, p. 73), é:

- Primeiramente encontrar dois termos “ a ” e “ b ” que sejam co-referenciais e que sejam tais que “ $a=b$ ” seja informativo e “ $a=a$ ” não seja; e, depois, utilizar a lei de Frege e o princípio de composicionalidade de informações para mostrar que a

teoria ingênua não pode ser o caso.

Por sua vez, a *Estratégia Fregeana Generalizada* (Salmon, 1991, p. 73) é:

- Tomar “F” como a função que o teórico opositor assere para os nomes, encontrar dois termos “a” e “b” que compartilhem o mesmo F e que sejam tais que “a=b” seja informativa, enquanto “a=a” não seja, e então utilizar a lei de Frege e o princípio de composicionalidade de informações para refutar a tese de que o valor informacional de um nome é o seu F .

Salmon pensa que essa estratégia funciona bem contra a maior parte das teorias e nos dá alguns exemplos de como ela funcionaria – como provarei a seguir.

No caso de teorizarmos que o valor informacional de um demonstrativo, num contexto de uso, é o referente com os dados visuais, teremos, por exemplo, a sentença “ele é ele”, que é informativa em certos contextos e não informativa em outros (podemos facilmente imaginar: por exemplo, num contexto onde apontamos para uma pessoa para indicar que ela não é seu irmão gêmeo). Como a ostensão seria fundamental para traçar essa diferença, não pode ser o caso que a aparência visual, o referente, ou uma combinação de ambos seja o valor informacional dos termos.

E no caso de teorizarmos que o valor informacional é puramente conceitual – como Frege fez –, a sua própria estratégia também se aplicaria. O exemplo de Salmon é o caso em que conhecemos dois termos “a” e “b” com o mesmo conteúdo conceitual, e em que “a=b” seria informativo, enquanto “a=a” não seria – o que, depois da aplicação da lei de Frege e do princípio da composicionalidade, nos mostraria que o valor informacional de “a” e “b” não pode ser conceitual. O problema que vejo aqui é que é possível epistemicamente que seja metafisicamente necessário que não haja dois termos “a” e “b” com o mesmo conteúdo conceitual, tal que “a=b” seja informativo e “a=a” não seja. O próprio exemplo de Salmon fala apenas sobre alguém que não distingue dois conceitos, e não de dois conceitos diferentes.

O filósofo nos diz também que a estratégia fregeana é aplicável também às teorias verbais do valor informacional. O exemplo é com o

termo “Aristóteles”. Se os dois termos “Aristóteles” em “Aristóteles é Aristóteles” referirem o filósofo Aristóteles, tal sentença não seria informativa; enquanto, se cada termo “Aristóteles” em “Aristóteles é Aristóteles” referir um objeto diferente – p. ex. o filósofo Aristóteles e o marido de Jacqueline Kennedy – então a estratégia fregeana generalizada é aplicável e, assim, não poderemos dizer que *é* o próprio nome (ou o nome com o referente) que *é* o valor informacional do nome.

Segundo o autor (Salmon, 1991, p. 74), a lição que devemos tirar dessas aplicações da generalização da estratégia fregeana é que não é refinado o suficiente que pensemos que o valor informacional de termos singulares é o seu referente, nem que é um conteúdo puramente conceitual, nem que é o caráter da expressão e nem que é alguma combinação desses – dado que todos esses elementos podem ser compartilhados por expressões que parecem diferir em valor informacional. O que Salmon conclui com tudo isso é que qualquer teoria substantiva imaginável do valor informacional está susceptível à estratégia fregeana, inclusive a própria teoria conceitual fregeana. Ele parece acreditar que as questões do enigma de Frege – sobre a natureza do valor informacional – são em princípio insolúveis, ou possíveis de serem iluminadas apenas por caracterizações negativas.

Mas, aprofundando-se essa primeira vista, será que esse é realmente o caso? Salmon pretende em seu livro mostrar que essas questões não são insolúveis, e que é possível dar um tratamento dos problemas do Enigma de Frege a partir de uma perspectiva referencialista [direta]. O que eu pretendi não foi mostrar que o objetivo de Salmon é impossível, mas antes que os argumentos de Salmon não nos deixam no dilema que ele pretendia que nos deixassem. Os argumentos de Salmon não são fortes o suficiente para desacreditar a teoria conceitual. Realmente a estratégia de Frege pode ser generalizada, mas isso não toca a própria teoria conceitual, se não conseguirmos mostrar que há casos de termos distintos para o mesmo conceito e onde “ $a=a$ ” é informativo e “ $a=b$ ” não é. Se eu tiver provido um bom argumento contra a aplicação da generalização da estratégia fregeana à teoria conceitual, contra os argumentos modais de Kripke, contra as conclusões anti-descritivistas do experimento mental da Terra Gêmea e contra o argumento subjetivista, tal como pretendi ter apresentado, a teoria conceitual permanecerá intocada. Se Salmon pensa que o valor informacional de um termo singular não é nem ao

menos parcialmente conceitual pelo fato de haver argumentos para mostrar que um conteúdo conceitual não assegura o referente do nome e que o conteúdo conceitual não pode ser o valor informacional, então se as objeções – meus argumentos – a esses argumentos forem boas, não haverá mais motivos para pensarmos que o valor informacional não pode ser conceitual.

Referências bibliográficas

CID, R. "Descritivismo atualizado e protegido: uma resposta a Célia Teixeira" In: *Revista Aproximação*: n.3, 2010, pp. 112-119.

FREGE, G. "Sobre o Sentido e a Referência". In: ALCOFORADO, Paulo (org. e trad.). *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978.

KRIPKE, S. *Naming and Necessity*. Cambridge: Harvard University Press, 1972.

QUINE, W. V. "On what there is". In: *Review of Metaphysics*: n. 2, pp. 21-38, 1948.

SALMON, Nathan. *Frege's Puzzle*. 2^a ed. Atascadero: Ridgeview Publishing Company, 1991.